

A PERCEPÇÃO DOS SINAIS DOS TEMPOS NO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

“Há um grito parado no ar, como um ato de fé.”

(Gonzaguinha, *E Vamos à Luta*)

Gerson Lourenço Pereira¹

Resumo

O texto discute a importância de interpretar os “sinais dos tempos” como chave hermenêutica para o diálogo inter-religioso no contexto atual, marcado por crises sociais, ambientais e espirituais. A leitura desses sinais exige discernimento ético e coletivo, considerando as múltiplas desigualdades estruturais, com destaque para o papel das juventudes, das religiões de matriz africana e das teologias libertadoras. A interseccionalidade é apresentada como ferramenta essencial para compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam, desafiando as tradições religiosas a promover justiça, escuta ativa e solidariedade. O diálogo entre as fés, quando ancorado na dignidade humana e no compromisso com os mais vulneráveis, se revela um instrumento pedagógico, espiritual e político de transformação social.

Palavras-chave: Sinais dos Tempos; diálogo inter-religioso; interseccionalidade; Teologia da Libertação; juventudes.

Introdução

Vivemos uma época de transformações profundas, marcada por múltiplas crises – sociais, ecológicas, políticas e espirituais – que desafiam os modos tradicionais de pensar e agir no mundo. Nesse contexto, a percepção dos “sinais dos tempos” torna-se uma chave hermenêutica essencial para interpretar a realidade à luz da fé, especialmente quando aplicada ao campo do diálogo inter-religioso. Trata-se de um exercício de escuta sensível ao clamor dos povos, da Terra e das juventudes, que exige discernimento coletivo e compromisso ético com a justiça.

Um dos grandes desafios contemporâneos que sinalizam o tempo presente é a intensificação das desigualdades sociais, raciais e ambientais, que evidenciam estruturas históricas de opressão e exclusão. A crescente precarização do trabalho, o avanço de discursos de ódio e intolerância religiosa, a crise climática global e a exclusão digital de comunidades periféricas são indicadores claros de um tempo que exige discernimento crítico e ação transformadora. Esses sinais apontam para a urgência de um compromisso ético com a justiça social, especialmente quando afetam de forma mais profunda os grupos historicamente marginalizados — como mulheres negras, juventudes periféricas, povos indígenas e populações LGBTQIA+.

Reconhecer tais desafios como sinais dos tempos é reconhecer que eles não são naturais ou inevitáveis, mas sim frutos de escolhas políticas e sociais que podem — e devem —

¹ Mestre e Doutor em Teologia pela PUC-Rio; Mestre em Educação, Comunicação e Periferias da UERJ/FEBF; Bacharel em teologia, licenciando em Ensino Religioso e História. Participante do Grupo de Estudos Místicos Moradas (PUC-Rio), de Espiritualidade e Saúde Religares (UERJ) e Pensamento Social e Educacional no Brasil: políticas públicas em educação, sistemas educacionais e participação democrática (FEBF/UERJ). Professor das redes públicas de São João de Meriti e Petrópolis.

ser transformadas coletivamente. Nesse sentido, as tradições religiosas, as pedagogias libertadoras e os movimentos sociais têm um papel fundamental ao denunciar essas realidades e anunciar novos caminhos de esperança, solidariedade e justiça.

Assim, o que se pretende abordar neste texto, além da percepção desses sinais, é o olhar que o diálogo inter-religioso destina ao tema, apontando para as possibilidades éticas e práticas com o propósito libertador frente aos desafios teológicos e pastorais da atualidade.

Compreendendo o conceito

O conceito de “sinais dos tempos” possui forte ancoragem teológica e sociopolítica, sendo amplamente utilizado para designar os eventos históricos, culturais e espirituais que revelam desafios e oportunidades para a ação ética e transformadora da sociedade. Trata-se de uma noção que ganhou centralidade no Concílio Vaticano II (1962–1965), particularmente na constituição *Gaudium et Spes*, que exortava a Igreja a “discernir os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho” (VATICANO II, 2000, p. 12), convocando a uma escuta sensível das mudanças do mundo contemporâneo.

Na perspectiva teológica latino-americana, especialmente na Teologia da Libertação, os sinais dos tempos são lidos a partir da realidade dos pobres, oprimidos e marginalizados. Leonardo Boff (1986) afirma que esses sinais apontam para clamores de justiça e dignidade, exigindo um posicionamento profético das comunidades religiosas diante das estruturas de opressão. Assim, os sinais dos tempos não são apenas eventos cronológicos, mas expressões de sentido que interpelam a fé e a práxis cristã.

Esses sinais referem-se a fatos, movimentos, transformações e clamores da humanidade que revelam, de forma concreta, as ações do Espírito de Deus no mundo. Não se trata de prever o futuro, mas de discernir, com atenção e sensibilidade, as realidades que pedem respostas éticas, proféticas e solidárias por parte das comunidades religiosas.

A percepção dos sinais dos tempos exige uma escuta ativa dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Fome, guerra, desigualdade, violência, racismo, mudanças climáticas, mas também resistência, solidariedade, mobilizações populares e protagonismo juvenil são expressões que carregam apelos profundos. Como afirma Leonardo Boff, “ler os sinais dos tempos é deixar-se interpelar pelas dores do mundo e responder com práticas libertadoras” (BOFF, 1986, p. 49). Essa leitura crítica e esperançosa possibilita às religiões superarem o dogmatismo e se abrirem ao diálogo com as ciências humanas, os direitos humanos e os saberes populares.

Para além do campo cristão, o conceito pode ser compreendido como um convite ético à observação crítica da realidade em sua complexidade histórica, cultural e espiritual. Conforme afirma Michel de Certeau (2002), interpretar o tempo presente é também construir narrativas de sentido capazes de articular memória, resistência e esperança. Nesse sentido, a leitura



dosremov sinais do tempo se configura como um exercício hermenêutico e pedagógico essencial à formação crítica, à espiritualidade engajada e ao compromisso com a transformação social.

Além disso, os sinais dos tempos não são interpretados de modo neutro: exigem um posicionamento ético e comprometido com os mais vulneráveis. Por isso, são centrais para teologias contextuais como a Teologia da Libertação e para práticas inter-religiosas comprometidas com a paz e a justiça. No cenário atual, marcado por retrocessos democráticos e fundamentalismos, ler os sinais dos tempos é um exercício urgente de discernimento coletivo, sensível às interseccionalidades e ao clamor das juventudes. É, portanto, uma prática espiritual e política que conecta fé, realidade e transformação.

O olhar inter-religioso: a interpretação dos sinais dos tempos e o compromisso ético das religiões

O diálogo inter-religioso é uma prática que busca construir pontes entre diferentes tradições de fé, promovendo o respeito mútuo, a escuta ativa e a convivência pacífica entre pessoas de diferentes religiões. Seu fundamento central é o reconhecimento da dignidade humana em todas as suas expressões espirituais e culturais. A Declaração *Nostra Aetate* (1965), do Concílio Vaticano II, representa um marco nesse processo ao afirmar que “a Igreja Católica nada rejeita do que é verdadeiro e santo nas religiões” (VATICANO II, 2000), abrindo caminhos para um diálogo baseado na verdade, na justiça e no amor.

O diálogo inter-religioso não busca a conversão ou o sincretismo, mas a valorização das diferenças e o encontro com o outro em sua singularidade. Segundo Raimon Panikkar (1999), o diálogo é “uma atitude de abertura” que reconhece que a verdade está também no outro, e não apenas em si. Ele se funda na escuta mútua, na humildade epistemológica e no compromisso com a paz e a justiça social. Nessa perspectiva, o diálogo não se limita ao plano teológico, mas abrange também o nível ético e existencial, tornando-se um instrumento fundamental para a construção de sociedades plurais e democráticas.

Além disso, o diálogo inter-religioso adquire especial relevância em contextos marcados por intolerância, violência e fundamentalismo. Ao invés de alimentar divisões, ele convida as religiões a se unirem em torno de valores comuns, como o cuidado com a vida, a solidariedade com os pobres e a promoção da paz. Como afirma Paul Knitter (2005), “as religiões precisam dialogar não apenas para se entenderem, mas para juntas enfrentarem os desafios da humanidade”. Assim, o diálogo torna-se um caminho de construção coletiva de sentido, cooperação ética e transformação social.

Interpretar os sinais dos tempos pelas tradições religiosas implica uma postura crítica e engajada, que une espiritualidade e ação social, tradição e transformação, fé e justiça. Nas tradições judaica e islâmica, por exemplo, tais sinais são compreendidos como manifestações da ação divina na história. Particularmente no judaísmo, a tradição profética clama por justiça e retidão (Isaías 1,17), enquanto o islamismo vê nos *āyāt* (sinais) revelações contínuas de Allah

que convocam o crente à fé e à prática justa (AL-QUR'AN, 30:20-27). Já no budismo, os sinais do sofrimento humano são entendidos como manifestações do *dukkha* (sofrimento), que podem ser superados por meio da sabedoria, compaixão e do caminho óctuplo (Rahula, 2015).

As tradições religiosas de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda e outras práticas afro-brasileiras, compreendem os *sinais dos tempos* a partir de uma profunda escuta espiritual da natureza, dos ancestrais e das dinâmicas sociais que afetam os corpos e territórios dos povos historicamente oprimidos. Nessa cosmovisão, o tempo não é apenas cronológico, mas cíclico e simbólico — carregado de significados que exigem interpretação à luz dos orixás, guias e entidades espirituais. Os sinais do tempo se manifestam, por exemplo, nos desequilíbrios ambientais (interpretados como rupturas na harmonia entre os elementos), nas violências contra os povos negros e originários, e nas perdas de valores comunitários e de respeito à ancestralidade.

Os terreiros, como espaços de resistência, leitura espiritual e ação coletiva, tornam-se lugares de discernimento profético e pedagógico, onde os sinais são traduzidos em práticas de cuidado, denúncia e luta. Essa leitura é marcada por uma epistemologia própria — uma *ancestralidade insurgente*, como afirma Nei Lopes (2011), que reinterpreta o presente à luz da memória, da oralidade e da espiritualidade. Assim, o olhar das religiões afro-brasileiras amplia a noção de sinais dos tempos para incluir não só crises sociais e ambientais, mas também os caminhos para a *reexistência* e a cura.

Através do diálogo inter-religioso a escuta se amplia para uma dimensão intercultural e interespiritual, na medida em que as tradições religiosas compartilham valores éticos, mesmo com doutrinas distintas. Princípios como a dignidade humana, a solidariedade, o cuidado com a vida e a justiça social são comuns a diversas fés. Nesse sentido, as teologias latino-americanas de libertação ensinam que a comunhão entre as fés não deve ser apenas diplomática, mas política: unida nas lutas por justiça, dignidade e emancipação dos povos. O ecumenismo das lutas, como dizem Bencke (2021) e Gonçalves (2018), tem sido uma das formas mais potentes de resistência diante do avanço de fundamentalismos religiosos e neoconservadorismos.

Interseccionalidade, o desafio da pluralidade e os sinais dos tempos

É possível, por meio das experiências ecumênicas contemporâneas, impulsionado por práticas de diálogo inter-religioso, reconhecer os sinais do tempo como oportunidade para promover paz, justiça socioambiental e dignidade humana. Nesse processo, a interseccionalidade — conceito que reconhece a sobreposição de opressões — se conecta à interpretação teológica dos sinais ao evidenciar que as transformações devem considerar gênero, raça, classe, entre outros marcadores (GONÇALVES, 2018).

Para interpretar adequadamente os sinais dos tempos hoje, é necessário incorporar uma perspectiva interseccional, ou seja, considerar como diferentes marcadores sociais – como raça, classe, gênero, território, sexualidade e geração – se entrelaçam e produzem

desigualdades complexas. No campo religioso, isso significa reconhecer que as experiências de fé são vividas de modos distintos por pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, populações periféricas, entre outras.

Kimberlé Crenshaw (1989), que cunhou o termo “interseccionalidade”, alertou que a ausência dessa abordagem impede a construção de políticas verdadeiramente inclusivas. O mesmo vale para o diálogo inter-religioso: ele só será autêntico se acolher os corpos que historicamente foram silenciados nas instituições religiosas. Não há espiritualidade que faça sentido se não considerar as dores provocadas pelo racismo, pelo sexismo e pelas desigualdades estruturais. No contexto atual, essa leitura não pode ser feita de forma descolada das múltiplas desigualdades sociais que afetam diferentes grupos com base em critérios como gênero, raça, classe, sexualidade, território e religião. É nesse ponto que as observações interseccionais tornam-se uma lente indispensável para interpretar os sinais dos tempos de maneira mais justa e comprometida com a transformação social pelas distintas tradições religiosas.

A interseccionalidade permite identificar como sistemas de opressão se entrelaçam e impactam as vidas de sujeitos historicamente marginalizados. Assim, o racismo, o sexismo e a homofobia não podem ser analisados isoladamente, mas como realidades que se potencializam mutuamente, gerando experiências específicas de exclusão e sofrimento. Uma leitura dos sinais dos tempos que acolha essa complexidade abre espaço para a espiritualidade inter-religiosa engajada e encarnada, que se solidariza com os gritos dos pobres, das mulheres, das juventudes negras e periféricas, e de todos os corpos vulnerabilizados. Parafraseando Bell Hooks (2017), quando diz que a pedagogia crítica precisa ser também uma pedagogia da escuta, do afeto e da ação libertadora; a espiritualidade inter-religiosa precisa ser crítica, aberta à escuta, afetiva e libertadora.

Dessa forma, ao integrar a interseccionalidade à leitura teológica inter-religiosa e social dos sinais dos tempos, abrem-se caminhos para práticas educativas e religiosas mais sensíveis às dinâmicas de poder, e mais comprometidas com a construção de uma sociedade plural, democrática e equitativa. Esse olhar integral é também um chamado à convivência comunitária, à justiça estrutural e à esperança ativa.

Considerações finais

A leitura crítica dos sinais dos tempos no contexto atual exige o entrelaçamento entre espiritualidade, ética e justiça social. Em tempos de múltiplas crises e polarizações, as tradições religiosas são convocadas a não apenas manter seus rituais e doutrinas, mas a engajar-seativamente com os clamores do mundo, reconhecendo a dignidade dos sujeitos historicamente oprimidos e vulnerabilizados. Ao incorporar a interseccionalidade como chave de leitura, amplia-se a capacidade das religiões de promover uma escuta verdadeiramente sensível e transformadora, sobretudo no diálogo com as juventudes, com as tradições afro-brasileiras,

indígenas e com os movimentos sociais. Assim, o diálogo inter-religioso se torna não apenas um exercício de tolerância, mas uma prática profética e pedagógica que se compromete com a justiça, a paz e a vida plena para todas as pessoas.

Questões para refletir

1. De que maneira a escuta dos “sinais dos tempos” pode ajudar comunidades religiosas a se posicionarem diante das injustiças sociais e ambientais? Você conhece algum exemplo prático de atuação religiosa nesse sentido?
2. Como o conceito de interseccionalidade amplia o entendimento do diálogo inter-religioso e das práticas espirituais nas diferentes tradições de fé? Quais desafios esse olhar impõe às religiões hoje?
3. A juventude tem se colocado como protagonista em diversas pautas sociais e ambientais. Qual o papel das religiões — e do diálogo entre elas — no acolhimento e no fortalecimento desse protagonismo da juventude diante dos desafios contemporâneos?

Referências

- AL-QUR’AN AL-KARIM. Trad. Samir El Hayek. Rio de Janeiro: Centro Islâmico do Brasil, 2005.
- BENCKE, Romi Márcia. *Sobre o que precisamos conversar pelo caminho?* Revista Brasileira de Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/28372>. Acesso em: 12 Set. 2025.
- BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes*. In: Documentos do Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex*. University of Chicago Legal Forum, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Comitê da ONU sobre Discriminação contra a Mulher. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- GONÇALVES, Alonso S. *Movimento ecumônico e pluralismo religioso: um desafio à teologia protestante latino-americana*. Revista Reflexus, v. 13, n. 18, 2018.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- PANIKKAR, Raimon. *O diálogo intrarreligioso*. São Paulo: Paulinas, 2000.

RAHULA, Walpola. *O que o Buda ensinou*. São Paulo: Cultrix, 2015.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Declaração *Nostra Aetate*: sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs. In: Documentos do Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 2000.